EXÉRCITO BRASILEIRO NA FRONTEIRA AMAZÔNICA:
DESENVOLVIMENTO REGIONAL POR MEIO DE AÇÕES MILITARES

Leonardo Prado do Monte*
Lucas Tiago Moreira**

RESUMO
Este artigo buscou identificar as limitações e capacidades do Exército Brasileiro (EB) no desenvolvimento da região de frontera amazónica, por meio de ações militares suplementares de caráter social conhecidas como ACISO (Ação Cívico-Social). O artigo desenvolveu o tema partindo da ótica da importancia da Amazônia no contexto mundial, seja por intereses ligados a biodiversidade, pela posição geográfica, ou sua maior riqueza que é a agua doce. O artigo relacionou as características da região de frontera, físicas e sociais, seu valor estratégico para o país perante a comunidade mundial, com os principios e as condicionantes existentes para a execução e planejamento de ações sociais no ámbito das Forças Armadas. Os questionamentos focaram as dificuldades e facilidades apresentadas por aqueles que participaram de missões de caráter social, ressaltando a importancia da presença do Exército Brasileiro como força militar em ações operativas e como força de cooperação aos órgãos e autoridades locais, buscando o desenvolvimento da região, para impedir a máxima influencia de organismos não governamentais e de intereses diferentes dos relacionados a soberania do Brasil. Concluiu que o valor humano presente no EB se faz suerar frente a outras limitações, em inteira conexão com as autoridades locais, entretanto, ainda com deficiências no trabalho com dados de inteligencia e na participação com autoridades locais, tudo com a finalidade de melhor resolver os problemas sociais das regiões mais necessitadas.
Palavras-chave: Fronteira Amazônica. Ação Cívico-Social. Desenvolvimento. Limitações. Capacidades.

RESUMEN
Este artículo buscó identificar las limitaciones y las capacidades del Ejército brasileño (EB) en el desarrollo de la región de la frontera amazónica, por medio de acciones militares suplementarias de carácter social conocidas como ACISO (Acción Cívico-Social). Él artículo desarrolló el tema partiendo de la óptica de la importancia de la Amazonia en el contexto mundial, sea por los intereses ligados a la biodiversidad, por la posición geográfica, o por su mayor riqueza que es el agua dulce. El artículo relacionó las características de la región de frontera, físicas y sociales, su valor estratégico para el país y ante la comunidad mundial, con los principios y las condicionantes existentes para la ejecución y planificación de acciones sociales en el ámbito de las Fuerzas Armadas. Se enfocó los cuestionamientos en las dificultades y facilidades presentadas por aquellos que participaron de misiones de carácter social, resaltando la importancia de la presencia del Ejército Brasileño como fuerza militar en acciones operativas y como fuerza de cooperación a los órganos y autoridades locales, buscando el desarrollo de la región, para impedir la máxima influencia de organismos no gubernamentales y de intereses diferentes de los ligados a la soberanía de Brasil. Concluyó que el valor humano presente en el EB se hace superar frente a otras limitaciones, en entera conexión con las comunidades locales, sin embargo, aún con deficiencias en el trabajo con datos de Inteligencia y en la participación de autoridades locales, todo con la finalidad de mejor resolver los problemas sociales de las regiones más necesitadas.

Palabras-clave: Frontera Amazónica. Acción Cívico-Social. Desarollo. Limitaciones. Capacidades.

* Capitão da Arma de Infantaria. Bacharel em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) em 2007.
** Major da Arma de Infantaria. Bacharel em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) em 2003.

1 INTRODUÇÃO

Detentora de imensurável fauna e flora, com riquezas minerais incalculáveis e capazes de amenizar problemas da humanidade, como por exemplo a da falta de água, a Amazônia tornou-se objeto de interesse e discussão mundial. Sua importância geoestratégica aumenta o interesse de países desenvolvidos e o cuidado do Brasil em conservá-la.

O Exército Brasileiro está presente na fronteira desde o século XVII, e consciente de que a Amazônia possui um bioma de grande valor que ocupa praticamente metade da terra pátria, passou a intensificar sua presença após o regime militar (1964-1985). A ampliação constante de unidades de fronteira incide diretamente na região como polos de desenvolvimento, em volta das quais surgiram diversos núcleos habitacionais.

A ação desbravadora do Exército Brasileiro na ocupação da fronteira, fornecendo serviços básicos e desenvolvendo a infraestrutura da região, tem permitido o crescimento local e o cumprimento da missão constitucional de manutenção da soberania nacional.

As ações sociais promovidas pelo EB, com a finalidade principal de apoio populacional específico dentro de uma atividade ou localidade, são grandes ferramentas utilizadas atualmente como forma de manter o EB presente em todas as regiões do país, bem como, engrandecer a missão de participar do desenvolvimento da nação.

1.1 PROBLEMA

Ao entender que este assunto engloba cada vez mais os aspectos militares, cabe ao Exército Brasileiro adaptar-se e manter-se atualizado no amplo espectro das informações, com a máxima atenção às necessidades locais e considerações civis que influenciar diretamente nas operações. Tudo isso para que possa garantir sua missão de proteger, vigiar e defender as fronteiras, evitando que as pressões internacionais sobrepujam a soberania brasileira.

Destarte, cabe a seguinte argumentação: considerando os aspectos sociais e econômicos da Amazônia e as ações suplementares no âmbito Exército Brasileiro, quais seriam as possibilidades e limitações no emprego da Força na faixa de fronteira como vetor de apoio ao desenvolvimento regional?

1.2 OBJETIVOS

Determinar as possibilidades e limitações do EB na faixa de fronteira como ator nas considerações civis, analisar as ações cívico-sociais exercidas pelas tropas que guarnecem a fronteira amazônica e seus resultados no desenvolvimento regional.

Para viabilizar a consecução do objetivo geral de estudo, foram formulados os objetivos específicos, abaixo relacionados, que permitiram o encadeamento lógico do raciocínio descritivo apresentado neste estudo:

a) Identificar as possibilidades de emprego de tropa em ações sociais que visem a manutenção da presença territorial e integração regional na área amazônica;

b) Identificar as limitações do emprego de tropa em ações sociais que visem a manutenção da presença territorial e integração regional na área amazônica;

c) Reconhecer a presença do Exército Brasileiro no desenvolvimento e manutenção da região amazônica, frente aos aspectos regionais e operacionais;

d) Analisar as consequências das ações do EB e de sua presença como fator determinante na defesa e manutenção das fronteiras;

e) Propor a intensificação de medidas e ações que permitam ao Exército Brasileiro manter uma presença ativa na fronteira, refletindo diretamente nos índices de crescimento da região e no auxílio aos povos ribeirinhos.

1.3 JUSTIFICATIVAS E CONTRIBUIÇÕES

Primeiramente, podemos registrar os termos constantes no Plano Amazônia Sustentável (PAS), elaborado pelo Governo Brasileiro para efetivar uma maior proteção em relação à degradação da região, a qual torna-se cada vez mais visível aos diversos interesses internacionais:

> A Amazônia tem sido foco de atenção nacional e internacional. Na condição de natureza, ressaltasse a importância de constituir a maior floresta tropical do planeta, como um acervo de biodiversidade e de prestação de serviços ambientais para a manutenção das condições climáticas globais. Na condição de sociedade, alerta-se para os riscos que uma utilização predatória da base natural da região pode

> desencadear, ameaçando os resultados de uma utilização mais qualificada de seus atributos naturais e locacionais, a curto e longo prazo (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2008).

Alvaro Sánchez Bravo, em sua obra “Ordanción del Territorio Medioambiente”, ressalta a importância das riquezas existentes na região Amazônia em relação à presença de seus verdadeiros habitantes, como forma de manutenção da cultura local.

> Na Amazônia, onde ainda existem muitos sistemas naturais intocados e/ ou pouco alterados, a diferença entre meio ambiente e ecossistemas se torna muito nítida, sendo importante assinalar que as populações indígenas pré-coloniais já ocupavam de forma diferenciada, a terra e o território obedecendo a um padrão de significativa equivalência com os conceitos de meio ambiente e ecossistema, sendo a terra entendida como o habitat habitado pelo homem (meio ambiente) e o território tocado apenas tangencialmente para não destruir a integridade de suas estruturas e funções (ecossistema), cujo valor intrínseco contém profunda essência simbólica e cultural (BRAVO, 2009)

Em um dos ciclos de estudos sobre a Amazônia realizado em 2004, Edna Maria Ramos Castro questionou a possibilidade de desenvolvimento da região amazônica perante os problemas sociais e ambientais existentes.

> [...] apenas questiona se é possível pensar de uma outra forma, se é possível construir um outro pensamento que esta região, (...) O desafio é saber se podemos ou não ser capazes de pensar um outro projeto, porque o projeto atual é da década de 1970, revitalizado (CASTRO, 2004)

No campo da legalidade das ações do Exército Brasileiro, elucidamos a Lei Complementar nº 97, de 9 de junho 1999, com suas alterações, em seu artigo 16, legitimando o desenvolvimento regional como ação subsidiária por meio das ações de cooperação das Forças Armadas:

> Cabe as Forças Armadas, como atribuição subsidiária geral, cooperar com desenvolvimento nacional e a defesa civil, na forma determinada pelo Presidente da República. Para os efeitos deste artigo, integra as referidas ações de caráter geral e participação em campanhas institucionais de utilidade pública ou de interesse social.

A prática da Lei citada acima é claramente vista na presença dos Pelotões Especiais de Fronteira, os quais exercem diversas atividades ligadas ao combate como ação militar, ao trabalho como desenvolvimento local e a vida, como apoio aos habitantes locais.

> Os Pelotões de Fronteiras do Exército são em muitos pontos os

> únicos núcleos de civilização. Representam, também, a possibilidade de apoio, educação, transporte, evacuação e saúde (atendimento médico e odontológico), inclusive aos grupos indígenas da região. Mas essa presença é insuficiente diante da grandiosidade da área. Essas vulnerabilidades são, ainda, mais acentuadas ao considerarmos as áreas indígenas demarcadas e em processo de demarcação, exatamente na faixa de fronteira (SCARIOT, 2007)

Na obra “Amazônia: geopolítica na virada do III milênio” observou-se mais uma vez a importância desta região para o planeta, nas palavras de Bertha K. Becker:

> Em nível global, a Amazônia é percebida como um espaço a ser preservado para a sobrevivência do planeta. Coexistem nessa percepção interesses ambientalistas legítimos, e também interesses econômicos e geopolíticos, expressos respectivamente num processo de mercantilização da natureza e de apropriação do poder de decisão dos Estados sobre o uso do território (BECKER, 2004)

Como forma de ratificar o alcance das ações do EB na faixa de fronteira, destaca-se as palavras do Gen Ex GUILHERME CALS THEOPHILO GASPAR DE OLIVEIRA, quando Comandante Militar da Amazônia, em suas Normas de Conduta para Emprego de Tropa do CMA/2014:

> Na Amazônia, todavia, as demais missões constitucionais ganham maior destaque, exatamente pela presença da Força Terrestre na grande maioria das localidades, muitas vezes como única instituição do Estado. No entanto, a simples presença não é garantia de conscientização da nacionalidade brasileira na faixa de fronteira. São necessárias ações planejadas, sistemáticas e rotineiras, para incutir nas populações fronteiriças os conceitos de brasilidade que compõem a garantia da soberania nacional nas áreas de fronteira. Sob esse aspecto, ganham relevo o estreitamento dos laços afetivos, o fornecimento de identidade (sentido *latu*) e cidadania aos habitantes locais e a busca de soluções para os problemas fronteiriços.

Este trabalho pretende estabelecer a importância das ações sociais promovidas pelo EB e sua direta interferência na região amazônica, ressaltando as considerações civis em sua atualidade.

Cabe ressaltar que a Amazônia Brasileira tem sua extensão de aproximadamente 5,2 milhões de Km², além de apresentar a maior diversidade biológica do mundo e a a maior bacia hidrográfica, o que a põe em uma corrida internacional que visa o seu controle e exploração.

Atualmente a região amazônica brasileira ainda é palco dos mais diversos crimes transfronteiriços que afetem diretamente seus habitantes, tais como: tráfico internacional de armas e drogas, plantio e cultivo de drogas ilícitas,

extração ilegal de madeira, operação irregular de garimpos e a presença de grupos armados (nacionais e/ou estrangeiros).

Por fim, a visível ausência do Estado, seja na infra-estrutura ou na limitada presença de órgãos de fiscalização, agrava a questão social e dos crimes fornteiriços, bem como, permite a atuação indevida de ONG's sem a devida fiscalização.

2 METODOLOGIA

Como objetivo de coletar subsídios e informações que auxiliassem na formulação uma possível solução para o problema, o direcionamento desta pesquisa contemplou uma pesquisa e fichamento das fontes, entrevistas com especialistas, questionários, argumentação e discussão de resultados.

Para melhor abordar do problema, utilizaram-se, principalmente, os conceitos de pesquisa **quantitativa**, com referências numéricas obtidas por meio dos questionários.

Em relação ao objetivo geral, foi empregada a modalidade **exploratória**, tendo em vista o pouco conhecimento disponível acerca do tema, por meio de questionários, servindo de amostra da vivência profissional de militares sobre o assunto.

1.1 REVISÃO DE LITERATURA

Iniciamos o delineamento da pesquisa com a definição de termos e conceitos, a fim de viabilizar a solução do problema de pesquisa, sendo baseada em uma revisão de literatura no período de 2004 a 2017. Essa delimitação baseou-se na necessidade de atualização do tema, visto que a evolução política e dos interesses internacionais mudam no decorrer do tempo.

O limite anterior foi determinado para mostrar a possibilidade de desenvolvimento da região amazônica perante os problemas sociais e ambientais existentes (CASTRO), entretanto, os manuais de campanha do EB não abordam especificamente as ações sociais em região de fronteira, tratando do assunto apenas de forma genérica, conforme o CI 45-10 ACISO, de 22 de julho de 2009.

Foram utilizadas as palavras-chave Amazônia, fronteira, ações sociais, desenvolvimento, juntamente com seus correlatos em espanhol, na base de dados de sítios eletrônicos de procura na internet, sendo selecionados apenas os artigos em português. O sistema de busca foi complementado pela coleta manual de relatórios de exercícios militares, obras literárias, bem como de manuais de campanha do EB referentes ao tema.

Quanto ao tipo de operação militar, a revisão de literatura limitou-se a Ações Cívico-Social, com enfoque na participação do EB na região fronteiriça do país.

a. Critério de inclusão:

- Estudos e obras publicados em português, relacionados ao desenvolvimento regional amazônico;
- Estudos de artigos que tratam das riquezas e da importância da Amazônia no contexto mundial; e
- Estudos qualitativo das ações do EB em operações militares na região.

b. Critério de exclusão:

- Estudos que abordam apenas o lado político dos interesses; e
- Estudos exclusivamente quantitativo das ações, sem a avaliação de seus efeitos nas áreas selecionadas.

1.2 COLETA DE DADOS

Na sequência do aprofundamento teórico a respeito do assunto, o delineamento da pesquisa contemplou a coleta de dados pelos seguintes meios: questionário.

2.2.1 Questionário

A amplitude do universo foi estimada a partir do efetivo de oficiais e praças que serviram em OM de fronteira, seja Companhia Especial de Fronteira (CEF) ou Pelotão Especial de Fronteira (PEF), e que participaram de ACISO nos últimos 04 (quatro anos). O estudo foi limitado particularmente aos militares de carreira, oriundos da Academia Militar das Agulhas Negras e da Escola de Sargento das Armas, devido a formação mais completa e especialização para o comando das pequenas frações.

A amostra selecionada para responder aos questionários foi aberta a militares que serviram em OM de fronteira, pelo fato de estarem em situação de maior limitação para a execução e planejamento de uma ACISO. O escalão SU e Pel Fuz foram escolhidos por serem os executantes diretos de tais ações.

Dessa forma, a população a ser estudada foi estimada em 40 militares. A fim de atingir uma maior confiabilidade das induções realizadas, buscou-se atingir uma amostra significativa, utilizando como parâmetros o nível de confiança igual a 90% e erro amostral de 10%. Nesse sentido, a amostra dimensionada como ideal (n_{ideal}) foi de 36.

A amostra contemplou oficiais subalternos (tenente), intermediários (capitães), superiores (majores) e praças (Subtenente e sargento). Dessa feita, foram distribuídos questionários para militares que tiveram experiência em ações na fronteira.

A amostra foi selecionada em diferentes Organizações Militares, de maneira a não haver interferência de respostas em massa ou influenciadas por episódios específicos. A sistemática de distribuição dos questionários ocorreu de forma indireta (correspondência ou e-mail). Foram obtidas 47 respostas (113% de n_{ideal}), não havendo necessidade de invalidar nenhuma por preenchimento incorreto ou incompleto.

A partir do n_{ideal} (36), depreende-se que o tamanho amostral obtido (n=47) foi superior ao desejado para o tamanho populacional dos potenciais integrantes da amostra, permitindo um aumento na compilação dos dados e resultados.

Foi realizado um pré–teste com 5 capitães-alunos da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO), que atendiam aos pré-requisitos para integrar a amostra proposta no estudo, com a finalidade de identificar possíveis falhas no instrumento de coleta de dados. Ao final do pré-teste, não foram observados erros que justificassem alterações no questionário e, portanto, seguiram-se os demais de forma idêntica.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

As pesquisas sobre a participação do EB em ACISO mostrou um efetivo

aumento da interação das Forças Armadas com as comunidades isoladas do país, focando no auxílio social e no fortalecimento dos laços de patriotismo. Essa demanda demonstra o quão deve ser priorizada a região como ponto de projeção da força militar.

Alguns aspectos doutrinários têm influência direta as ações militares no campo social, por exemplo, a interação com órgão governamentais e autoridades locais para melhor atender as necessidades da região. Ao se definir as principais necessidades a serem atendidas, as ações militares conseguirão atingir o máximo do objetivo previsto, permitindo a continuidade e progressividade nas ações futuras e, principalmente, dificultando a ações de órgãos diferente do Estado.

Ao analisarmos os questionamentos realizados aos respondentes, identificamos em primeiro plano as condicionantes mais difíceis de serem alcançadas no êxito de uma ACISO, conforme tabela gráfico abaixo. Deste, observa-se uma acentuada dificuldade em atuar de forma conjunta com a cooperação dos órgãos governamentais e empresas privadas (74,5%), o que mostra uma deficiência a ser trabalhada em todos os níveis de comando. Com percentuais bem parecidos, seguem o adestramento das Funções de Logística e de Inteligência (36,2%) e o envolvimento das lideranças locais (34%). Com valores mais e de pouco influência nas respostas, segue a seleção da região a ser escolhida (2,1%) e a manutenção do caráter apolítico da missão (4,3%).

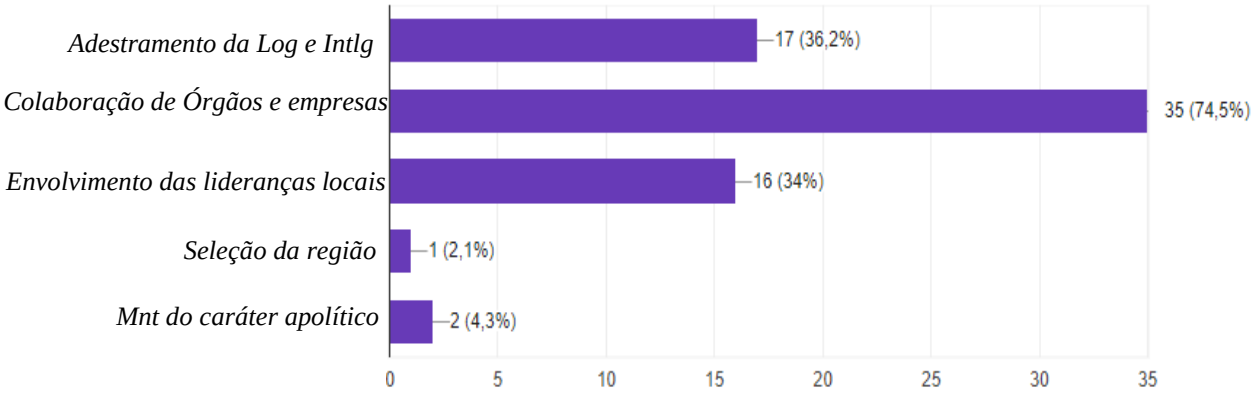

GRÁFICO 1 – Condicionantes de difícil alcance para o êxito de uma ACISO, em porcentagem.
Fonte: O autor

Outro item procurou identificar os princípios mais importantes, constante no CI 45-01 – ACISO, que devem ser observados na realização dessas ações na região de fronteira, conforme mostra o gráfico 2. Foram levantados os 8

princípios para tal análise. A maioria acredita, em forma de empate, que o respeito a cultura local e integração entre as Forças Armadas com a comunidade concentram o foco maior das ações (68,1%). Com menos da metade dos respondentes (36,2%), ressaltaram a conjugação de esforços entre o EB e os demais órgão locais e governamentais. Após, foi identificada a seleção dos militares (21,3%), a unidade de comando/planejamento (19,1%), seguidas dos princípios de menor porcentagem, sendo eles a progressividade das ações, o emprego judicioso dos meios e a prevalência do educacional sob o assistencial.

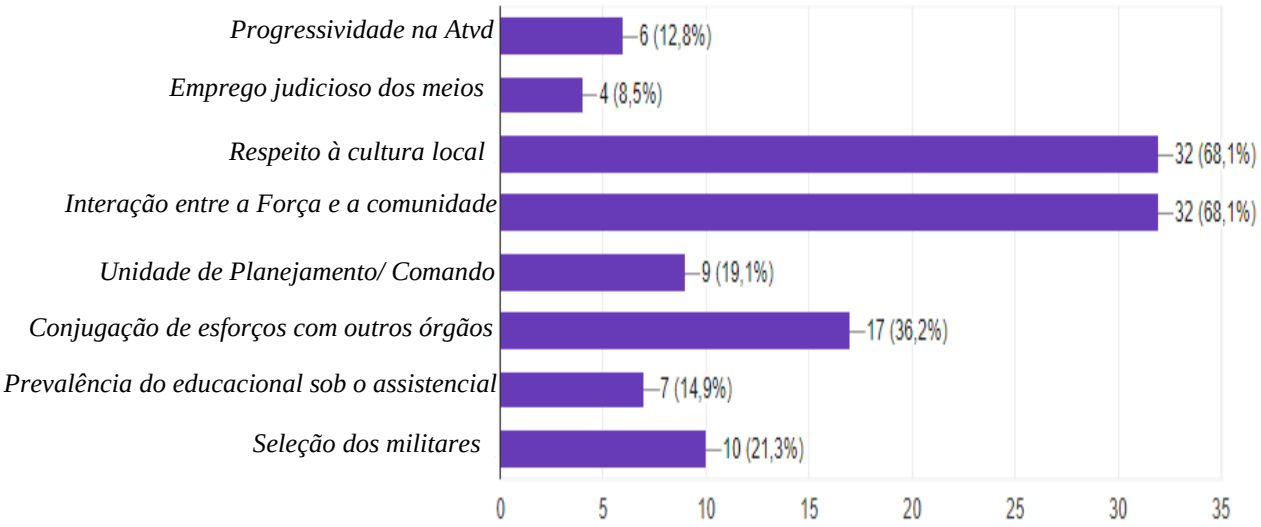

GRÁFICO 2 – Princípios de maior importância na realização de uma ACISO.
Fonte: O autor

Conforme apresentado, ressalta-se o valor dado ao respeito cultural e a interação com a comunidade local, evidenciando a necessidade de um estudo maior da Inteligência militar, como forma de aumentar a eficiência das ações.

No item representado pelo gráfico abaixo, o questionamento abordado referiu-se ao objetivo maior da ACISO, obtendo o seguinte resultado:

a) Em 53,2% das respostas o objetivo principal identificado da ação foi a cooperação com autoridades locais para minimizar problemas da região; e

b) Em 46,8% das respostas, o objetivo teria ficado definido como a divulgação da imagem do EB perante a comunidade.

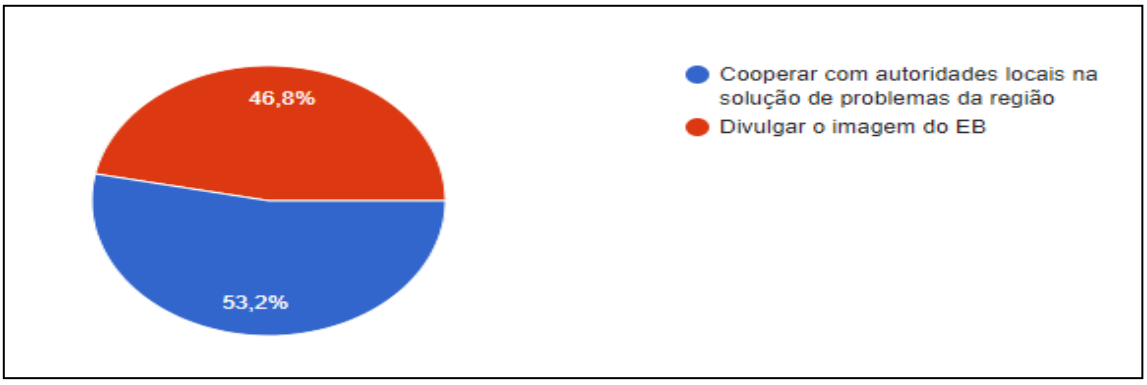

GRÁFICO 3 – Identificação do objetivo principal da ação social.
Fonte: O autor

Esta última resposta pode mostrar uma possível falta de clareza na compreensão da missão principal que deve ser alcançada pela ACISO, pois, deve-se entender que a ação social propriamente dita pode alcançar maiores índices de satisfação do que apenas a demonstração ou presença da força militar.

Acerca das limitações apresentadas pelas tropas, ressalta-se de maior vulto o levantamento de inteligência (66%), o apoio das autoridades locais (46,8%), a disponibilidade do material (38,3%) e o apoio logístico para as ações (34%). Com menor destaque, temos a clareza no objetivo a ser alcançado, a escolha dos militares e a interação com a comunidade. Nota-se deste ponto conforme gráfico abaixo, que as maiores percentagens de limitações correspondem a questões de inteligência e de relacionamento com o público civil dentre de seus vários setores.

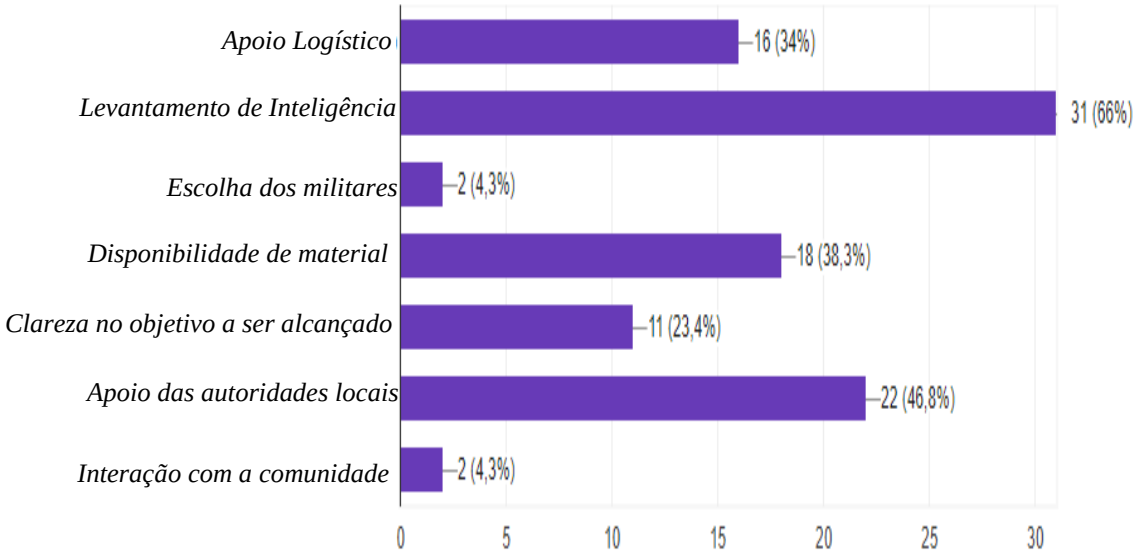

GRÁFICO 4 – Limitações das tropas em ações sociais.
Fonte: O autor

No que diz respeito as capacidades, seguindo o gráfico abaixo, pode-se observar dos questionamentos que a maioria dos respondestes identificaram a escolha dos militares para a missão (46,8%) e a interação com a comunidade (66%) como pontos positivos das tropas em ações sociais, seguidos do apoio logístico prestado para a tropa (38,3%). Em menores expressões, tem-se o apoio das autoridades locais (21,3%), o levantamento de Inteligência (19,1%), a disponibilidade de material (14,9%) e a clareza na determinação dos objetivos a serem alcançados (12,8%).

Tais valores ressalta a capacidade do material humano existentes nas tropas que, mesmo com as dificuldades apresentadas em termos operacionais e logísticos.

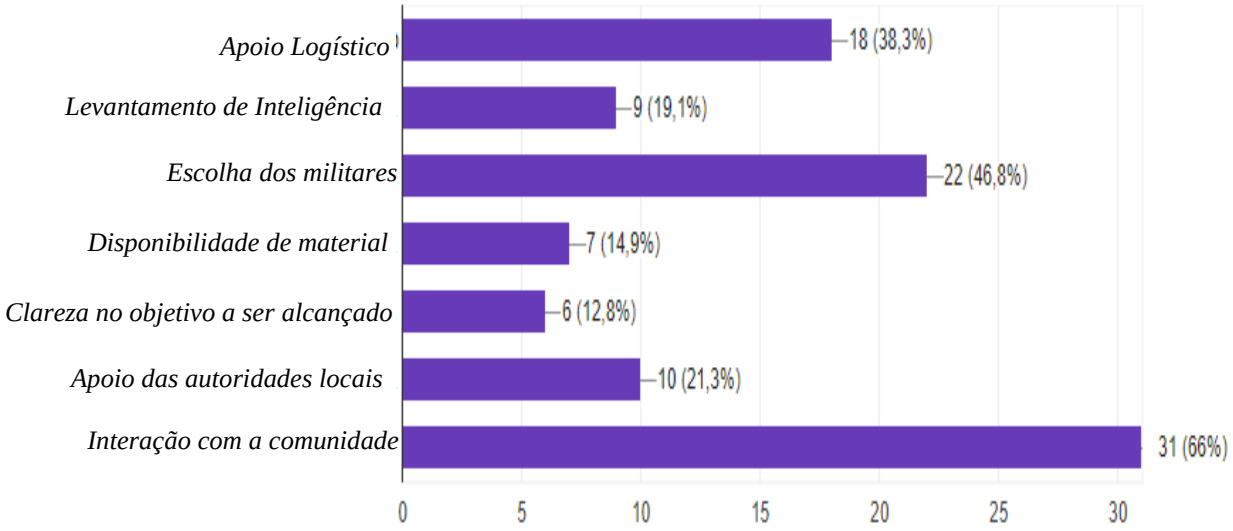

GRÁFICO 5 – Capacidades das tropas em ações sociais.
Fonte: O autor

Cabe salientar que, como a pesquisa fora realizada num universo de militares que serviram em distintas Organizações Militares da Amazônia, é notada a existência de limitações e capacidade distintas em cada uma delas, logo, como exemplo, o levantamento de Inteligência pode ser uma limitação para uns e uma capacidade para outros.

Tal assertiva está fundamentada nas grandes diferenças regionais e culturais, bem como, no grande rodízio de militares nas OM, o que pode dificultar a continuidade e progressividade das ações e padronizações de procedimentos.

Foi questionado também sobre qual área deve-se dar mais enfoque

durante as operações e ações sociais, conforme o entendimento dos respondentes. O gráfico abaixo mostra a ênfase no atendimento médico-hospitalar, seguido de recreação e bem-estar. Higiene e saúde destaca-se também como oportunidade para focar as ações sociais. Tal destaque pode estar ligado a grande dificuldade de acesso aos ribeirinhos, limitados pelas características geográficas da região, impossibilitando um serviço médico de melhor qualidade.

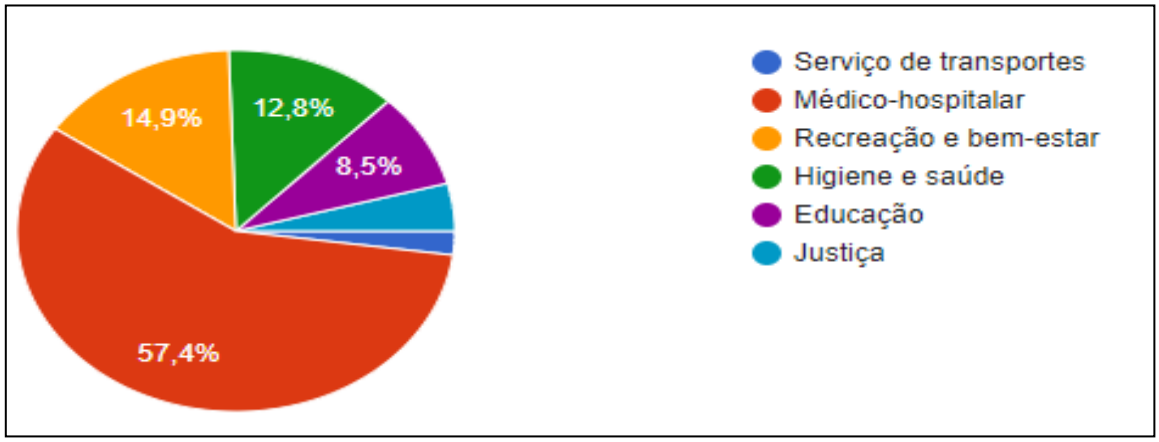

GRÁFICO 6 – Prioridade nos setores da sociedade a serem assistidos.
Fonte: O autor

Por fim, foi questionado o alcance do objetivo proposto pelas ACISO promovidas, das quais os respondentes participaram, resultando no gráfico a seguir:

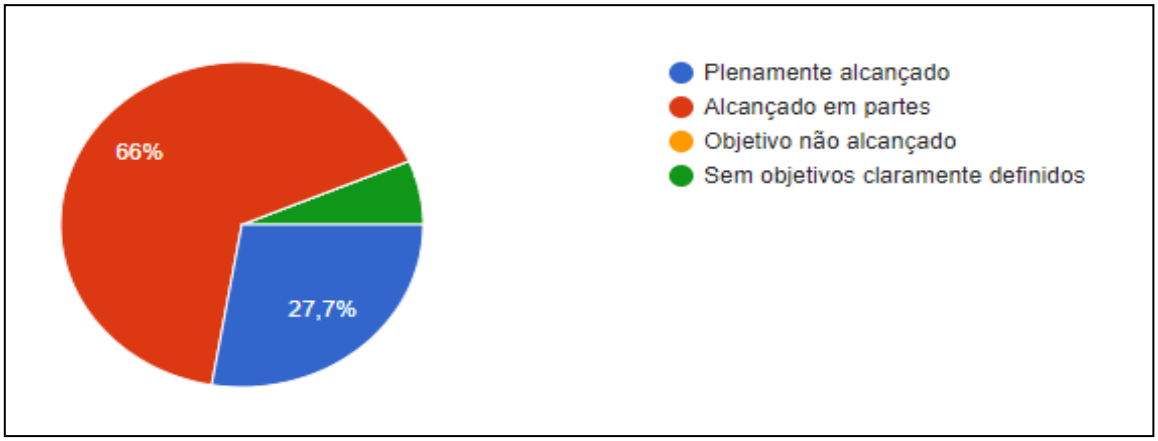

GRÁFICO 7 – Alcance do objetivo proposto para a ACISO.
Fonte: O autor

O resultado acima expõe o alcance do objetivo com ressalvas, visto que a maioria dos respondentes identificaram como alcançado em partes, isso quer dizer, as limitações citadas provavelmente foram responsáveis pela falta de plenitude na missão. Outrossim, por vezes, a falta de clareza no objetivo de

determinada ACISO pode acarretar a percepção de não cumprimento total da missão imposta.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quanto às questões de estudo e objetivos propostos no início deste trabalho, conclui-se que a presente pesquisa atendeu ao pretendido, ampliando a compreensão sobre as limitações e capacidades das tropas em ações suplementares na região de fronteira do país.

A revisão de literatura possibilitou dimensionar a importância da região no cenário mundial, bem como suas riquezas e características peculiares, as quais incidem diretamente no modo de viver e habitar das pessoas. Assim também, fez-se entender a complexidade das operações e a urgência da ocupação militar através de ações sócias aliadas as ações militares operacionais.

Dessa forma, entende-se que a presença das tropas com o objetivo de apoiar as autoridades locais na resolução de problemas sociais pode, como consequência, permitir um acréscimo no desenvolvimento regional, permitindo aos habitantes das comunidades mais isoladas o acesso aos serviços e direitos básicos de direito.

A compilação de dados permitiu identificar que, dentro das limitações apresentadas, muito ainda pode-se crescer no que diz respeito a obtenção das informações locais, seja de caráter populacional ou de caráter geográfico, como forma de utilizar da Inteligência na busca e processamento de dados. Aliado a isso, deve-se estreitar cada vez mais os laços com as autoridades locais em seus diversos níveis, com o intuito de identificar exatamente as necessidades da população selecionada, bem como, angariar a colaboração direta dos diversos órgãos presentes, tornando a operação militar em uma ação social de fato.

O máximo de conhecimento produzido através das informações obtidas deverão ser trabalhadas no intuito da continuidade das ações, visando operações futuras e ações civis com melhores índices de aproveitamento, integrando cada vez mais a sociedade e as Forças Armadas.

No que se refere as capacidades da tropa na execução de ACISO, ficou notória a capacidade maior de relacionamento dos nossos militares em ações de caráter humano. A facilidade na escolha de militares para o cumprimento desse tipo de ação suplementar e a interação com a comunidade são fatores que podem, em muitas vezes, suprir carências materiais e logísticas em determinadas situações. Esse fator humano se, aliado a um planejamento logístico e de inteligência adequados, tornar-se-á vital para o êxito da missão, sempre com o foco no objetivo principal a ser buscado.

Recomenda-se, assim, que as Unidades Militares estejam preocupadas cada vez mais em dirimir suas limitações ao ponto de criar um processo que permita o fluxo criativo de informações, uma cadeia de contatos de cooperação, e padronizações que visem o objetivo principal que é a colaboração com o desenvolvimento regional, pois assim, a imagem do EB será enaltecida por consequência.

Conclui-se, portanto, que é inegável a necessidade de um esforço cada vez maior por parte das Forças Armadas no que tange a presença ativa nas fronteiras, não apenas combatendo os crimes transfronteiriços e cumprindo sua missão de combate, mas também, assistindo aqueles que por algum motivo vivem em condições de extrema dificuldade e de acesso limitados aos serviços básicos do ser humano.

REFERÊNCIAS

BRAVO, Álvaro Sánchez. **Ordanción del Territorio Medioambiente**. ed. Sevilha: ArCiBel Editores, 2009.

BECKER, Bertha Koiffman. **Amazônia: geopolítica na virada do III milênio**. ed. RJ: Garamound, 2007.

CASTRO, Edna Maria Ramos. **Desenvolvimento Sustentável da Amazônia**. Gabinete de Segurança Institucional. Secretaria de Acompanhamento e Estudos Institucionais. Ciclo de Estudos Sobre a Amazônia, abr./maio 2004.

CASTRO, Celso. **A Amazônia e defesa nacional**. ed. RJ: FGV, 2006.

SCARIOT, Renato Luiz. O **Estado brasileiro e a soberania na Amazônia**. Revista da Escola Superior de Guerra. Rio de Janeiro, jan/jul 2007.

Brasil. Presidência da República. **Plano Amazônia Sustentável**: diretrizes para o desenvolvimento sustentável da Amazônia Brasileira / Presidência da República. Brasília: MMA, 2008.

_____ Lei nº 6634, de 02 de maio de 1979, que dispõe sobre a Faixa de Fronteira e dá outras providências. Presidência da República. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 05 de maio de 1979

_____ Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, alterada pela Lei Complementar nº 117 de 02 de setembro de 2004 e pela Lei Complementar nº 136 de.25 de agosto de 2010. Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 10 de junho de 1999.

BRASIL. Exército. **Portaria nº 061, de 16 de fevereiro de 2005,** que dispõe sobre a Diretriz Estratégica para atuação na faixa de fronteira contra delitos transfronteiriços e ambientais, integrante das Diretrizes Estratégicas do Exército (SIPLEX-5), e dá outras providências.

_____ ._____. **Diretriz de Planejamento Operacional Militar nº 07/04** – COTER, de 22 de dezembro de 2004, que dispõe sobre a atuação do EB na faixa de fronteira.

_____ ._____. **Diretriz de Planejamento de Ações Subsidiárias nº 06/11** – COTER, de 09 de dezembro de 2011, que dispõe sobre a atuação do EB em ações de apoio a Defesa Civil.

_____ ._____. _____ ._____. **CI 45-01: AÇÃO CÍVICO-SOCIAL (ACISO).** 1ª. ed. EGGCF, Brasília. DF, 2009.

ANEXO A

MEMENTO DE ESTUDO INICIAL DE SITUAÇÂO PARA ACISO

1) MISSÃO

Definir a missão, a sua finalidade perante a comunidade local e o estado final desejado, conforme as intenções do Esc Superior, visando sempre a possibilidade de ações futuras.

2) CONSCIÊNCIA SITUACIONAL

a. Situação geral

- Explicitar a situação que provocou a presença da tropa na localidade, analisando os fatos que poderão interferer em ações futuras.
- Elucidar o trabalho de compilação dos dados de Inteligênica existentes até o início da ACISO.
- Realziar as considerações gerais sobre o apoio das autoridades locais, de empresas e de órgãos dos diversos setores do poder público.

3) LINHA DE AÇÃO

- Determinar a forma de execução da ação, com base nas vantagens e desvantagens provenientes das características do local, da possibilidade de apoio logístico e de pessoal, bem como, do apoio das autoridades locais.
- Detalhar como será o apoio logístico para a execução da ação.

4) ATIVIDADES DA AÇÃO

Descrever sumariamente as atividades que serão realizadas pela tropa, identificando público alvo e sua finalidade.

5) INFORMAÇÔES ÚTEIS

- Relacionar todas as informações que possam ser utilizadas pela tropa na ação, principalemte as ligadas aos órgãos em apoio e as autoridades locais.
- Concluir sobre os apectos da localidade e suas influências sobre as ações da tropa, de modo a aumentar o alcance no atendimento das necesidades da comunidae local.

6) PRESCRIÇÕES DIVERSAS

- Elencar todas as informações e considerações que otimizem as ações, com por exemplo a confecçao de relatórios, horários a serem cumpridos, a coleta de dados de interesse, considerações de assuntos civis, dentre outros.